



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO nº 90007/2025
CREDENCIAMENTO PARA CAPTAÇÃO DE PATROCÍNIO

UASG CREA-SC: 389087
(Processo Administrativo nº 5-250118185-1)

O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina – CREA-SC, Autarquia Federal nos termos da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, dotada de personalidade jurídica de direito público, com sede na Rodovia Admar Gonzaga, nº 2.125, Itacorubi, Florianópolis/SC, CEP: 88.034-001, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 82.511.643/0001-64, por intermédio da Comissão Especial de Contratação nomeada através da Portaria nº 238/2025 da Presidência deste Conselho, atendendo à solicitação da Assessoria de Integração Profissional, e conforme autorização da Presidência e da Superintendência do CREA-SC, torna pública a abertura de Chamamento Público para Credenciamento destinado à contratação de pessoas jurídicas interessadas em firmar acordos de patrocínios, não exclusivos, para apoio e promoção ao evento “1º Congresso Catarinense do CREAjr”, nos termos da Lei nº 14.133/2021, do Decreto nº 11.878/2024, da Portaria nº 233, de 20 de dezembro de 2023 – RILC do CREA-SC, demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

O presente Edital poderá ser obtido no site <https://portal.crea-sc.org.br/>, no campo divulgação – licitações, no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br> e também no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP – acessível em <https://www.gov.br/pncp/pt-br>. Informações serão prestadas aos interessados pela Comissão de Contratação, no horário de expediente, de segunda a sexta, das 9h às 17h, pelo telefone (48) 99159-4791 e/ou pelo e-mail creajr@crea-sc.org.br.

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste Edital o processo seletivo de credenciamento, mediante Chamamento Público, destinado à contratação de pessoas jurídicas interessadas em firmar acordos de patrocínios, não exclusivos, para apoio e promoção ao 1º Congresso Catarinense do CREAjr, que acontecerá entre os dias 31 de outubro e 01 de novembro de 2025 no Centro de Cultura e Eventos, em Chapecó/SC.

1.2. As empresas interessadas apoiarão a realização do evento, contribuindo com os valores pretendidos, conforme cotas de patrocínios disponíveis e as respectivas contrapartidas definidas neste Edital e no Termo de Referência em anexo (**Anexo I**).

1.3. A presente contratação fundamenta-se no art. 79 da Lei nº 14.133/2021, no Decreto nº 11.878/2024 e no artigo 57 do Regulamento de Licitações e Contratos – RILC do CREA-SC, conforme já esmiuçado no Estudo Técnico Preliminar – ETP (**Anexo II**).

1.4. O credenciamento não obriga o CREA-SC a contratar.

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.
15/09/2025 as 16:49:16 por Eng.Civ. Eng.Seg.Trab. Carlos Alberto Kita Xavier Presidente, Registro: 036650 1.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

1.5. As informações sobre o 1º Congresso Catarinense do CREAjr encontram-se dispostas no Termo de Referência – TR e no Estudo Técnico Preliminar – ETP, todos em anexo (**Anexos I e II**).

2. DAS COTAS DE PATROCÍNIO

2.1. O patrocínio se dará por meio de **04 (quatro) tipos de cotas**, conforme estipulado a seguir:

a) **DOUTORADO**: 05 (cinco) cotas disponíveis, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) cada;

b) **MESTRADO**: 08 (oito) cotas disponíveis, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) cada;

c) **GRADUAÇÃO**: 10 (dez) cotas disponíveis, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) cada;

d) **INICIAÇÃO CIENTÍFICA**: 15 (quinze) cotas disponíveis, no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais) cada.

2.2. As cotas de patrocínio não são exclusivas, ou seja, uma mesma categoria de cota poderá ser patrocinada por diversos patrocinadores, limitadas às quantidades acima por categoria, sendo garantido a cada um deles a correspondente contrapartida, desde que atendidas todas as condições estabelecidas no Termo de Referência e neste Edital de Chamamento Público.

2.3. É permitido ao patrocinador, caso seja do seu interesse, a aquisição de mais de uma cota, fazendo jus às contrapartidas respectivas.

2.4. Nos casos em que existirem mais interessados do que cotas disponíveis, em atendimento ao disposto no inciso II, do § único, do artigo 79, da Lei nº 14.133/2021 c/c o inciso V, do artigo 7º, e artigo 9º, do Decreto nº 11.878/2024, será realizado sorteio para distribuição das cotas entre os interessados, em sessão pública previamente convocada para este fim.

2.5. No caso acima, o sorteio será realizado em sessão pública, na Sede do CREA-SC, com aviso prévio de 03 (três) dias úteis aos interessados. Os interessados serão convocados por e-mail e também por meio de publicação da convocação no site do CREA-SC - <https://portal.crea-sc.org.br/>, no campo divulgação – licitações.

2.6. A não utilização injustificada das contrapartidas, por parte da patrocinadora, implicará na perda do direito de utilização.

3. DAS CONTRAPARTIDAS

3.1. As contrapartidas se darão de acordo com a cota adquirida, conforme tabela abaixo:

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.
15/09/2025 as 16:49:16 por Eng.Civ. Eng.Seg.Trab. Carlos Alberto Kita Xavier Presidente, Registro: 036650 1.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

Contrapartidas	Doutorado	Mestrado	Graduação	Iniciação Científica
Exibição da marca na tela do palco principal	X	X	X	X
Menção da marca pelo Mestre de Cerimônias no palco principal	X	X	X	
Vídeo de até 60 segundos no palco principal	X			
Relatório completo com os resultados do evento	X	X	X	X
Aplicação da marca nas redes sociais do evento	X	X	X	X
Aplicação da marca em e-mail marketing de divulgação	X	X	X	X
Envio de enxoval de peças para divulgação em redes sociais	X	X	X	X
Posts e reels colaborativos e stories no Instagram	4	3	1	
Entrevista exclusiva no evento (5min)	X			
Material no kit de boas vindas do evento*	X	X	X	X
* Aproximadamente 500 Kits de boas-vindas, onde o material a ser colocado no kit deverá ser fornecido por parte do patrocinador.				

3.2. A produção e o fornecimento dos materiais de divulgação do patrocinador no kit de boas vindas do evento, bem como do seu vídeo institucional e demais materiais físicos e/ou eletrônicos de divulgação, inclusive os custos de produção, confecção e entrega, serão de inteira responsabilidade do patrocinador.

3.3. A não utilização da(s) contrapartida(s), por parte do patrocinador, implicará na perda do direito de utilização e não ensejará qualquer tipo de abatimento ou restituição do valor da cota.

3.4. É permitido ao patrocinador adquirente das cotas a realização de ações promocionais com outras marcas, entretanto as marcas não receberão nenhuma menção na comunicação visual do evento ou pelo mestre de cerimônias.

3.5. O tempo de exibição para patrocínio é individual e intransferível, não podendo ser aproveitado por outro patrocinador, ainda que devidamente credenciado.

3.6. Os produtos ofertados e/ou comercializados deverão obedecer à legislação de regência e estar de acordo com as normas técnicas de segurança, ficando sob a responsabilidade integral do patrocinador qualquer dano causado a terceiros.

3.7. Quando do compartilhamento de dados pessoais, somente serão disponibilizados aqueles com prévia autorização, pelos respectivos responsáveis, em cumprimento à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais nº 13.709 - LGPD.

4. DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

4.1. O prazo de inscrições para este credenciamento se iniciará a partir das **08h00m do dia 19 de setembro de 2025** e encerrará às **23h59m do dia 15 de outubro de 2025**. Após essa data limite, somente

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.
15/09/2025 as 16:49:16 por Eng.Civ. Eng.Seg.Trab. Carlos Alberto Kita Xavier Presidente, Registro: 036650 1.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

serão aceitas e analisadas novas inscrições se ainda existirem cotas disponíveis, conforme quantitativo informado no item 2 deste Edital, e caso o presente Edital seja prorrogado.

4.2. A inscrição se dará por meio de envio da proposta e da documentação de habilitação e deverá ser realizada exclusivamente pelo e-mail: creajr@crea-sc.org.br.

4.2.1. O e-mail deverá ser enviado com o seguinte assunto: **INSCRIÇÃO – PATROCÍNIO – 1º Congresso Catarinense do CREAjr.**

4.3. É permitido ao patrocinador, caso seja do seu interesse, a aquisição de mais de uma cota, fazendo jus às contrapartidas respectivas.

4.4. A proposta - **Formulário de Requerimento de Credenciamento (Anexo III)** - deverá conter:

- a) Os dados da proponente e do seu representante legal;
- b) A(s) cota(s) pretendida(s) para o 1º Congresso Catarinense do CREAjr;
- c) O prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados a partir da data do envio da proposta;
- d) Demais declarações exigidas, nos termos do **Anexo III deste Edital - Formulário de Requerimento de Credenciamento**;
- e) Documentação exigida para fins de habilitação – item 5.5 deste Edital.

4.5. A falsidade da(s) declaração(ões) acima sujeitará o interessado às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, neste Edital e no Termo de Referência, sem prejuízo da responsabilidade penal.

4.6. A análise e o julgamento das propostas e da documentação de habilitação serão de competência da Comissão Especial de Contratação nomeada através da Portaria nº 238/2025 da Presidência deste Conselho.

4.7. Caso a proposta não atenda aos requisitos mínimos exigidos no Termo de Referência e neste Edital, será desclassificada.

4.8. Serão classificadas e credenciadas todas as propostas que atenderem aos requisitos solicitados no Termo de Referência e neste Edital, e que também cumpram com as demais condições de participação e de habilitação.

4.9. A Comissão Especial de Contratação analisará as propostas e documentações recebidas em até 15 (quinze) dias úteis da data limite para inscrição (ou da data do recebimento, no caso da prorrogação da inscrição), sendo lavrada uma Ata que será assinada pelos membros da Comissão.

4.10. Em até 5 (cinco) dias úteis após lavrada a Ata da Comissão, os interessados serão comunicados sobre o resultado da análise da solicitação de patrocínio via e-mail.

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.
15/09/2025 as 16:49:16 por Eng.Civ. Eng.Seg.Trab. Carlos Alberto Kita Xavier Presidente, Registro: 036650 1.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

4.11. Caso haja mais propostas classificadas e habilitadas do que cotas disponíveis em cada tipo, será adotado como critério de classificação o sorteio, em atendimento ao disposto no inciso II, do § único, do artigo 79, da Lei nº 14.133/2021 c/c o inciso V, do artigo 7º, e artigo 9º, do Decreto nº 11.878/2024.

4.12. Será realizado sorteio para distribuição das cotas entre os interessados, se for o caso, em sessão pública previamente convocada para este fim, com aviso prévio de 03 (três) dias úteis aos interessados. Os interessados serão convocados por e-mail e também por meio de publicação da convocação no site do CREA-SC - <https://portal.crea-sc.org.br/>, no campo divulgação – licitações.

4.13. O interessado assume o risco de perda de negócio em caso de fornecimento de endereço de e-mail incorreto e não recebimento das comunicações do CREA-SC.

5. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E DAS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

5.1. Poderão participar deste Chamamento Público pessoas jurídicas de direito público e/ou privado que atendam a todas as condições estabelecidas no Termo de Referência e neste Edital, e que **estejam credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF**.

5.2. Estarão impedidos de participar do Chamamento Público os interessados que se enquadrarem em quaisquer das situações a seguir:

- a) pessoas físicas;
- b) aquele que não atenda às condições estabelecidas no Termo de Referência, neste Edital e seu(s) Anexo(s);
- c) pessoas jurídicas não autorizadas a funcionar no país;
- d) pessoa jurídica que se encontre impossibilitada/impedida de participar de licitações ou contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta, nos termos da Lei nº 14.133/2021;
- e) interessados que estejam sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;
- f) interessados que estejam em recuperação judicial ou extrajudicial, salvo as empresas que comprovarem que o plano de recuperação foi homologado pelo juízo competente;
- g) interessados que mantenham vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do CREA-SC ou com agente público que desempenhe função no processo de contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- h) demais hipóteses proibidas pela legislação vigente.

5.3. A observância das vedações do subitem acima é de inteira responsabilidade da empresa participante que, pelo descumprimento, sujeitar-se-á às penalidades cabíveis, sem prejuízo da

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.
15/09/2025 as 16:49:16 por Eng.Civ. Eng.Seg.Trab. Carlos Alberto Kita Xavier Presidente, Registro: 036650 1.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

responsabilidade penal. O interessado declarará o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de seu requerimento de participação com as exigências deste Edital.

5.4. Antes da análise da proposta e da habilitação, a Comissão de Contratação verificará se os interessados atendem às condições de participação no certame, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);
- d) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
- e) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica, mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

5.4.1. Os endereços eletrônicos informados acima poderão ser substituídos a critério do respectivo mantenedor. Portanto, será considerado, para todos os efeitos, o endereço eletrônico que eventualmente venha a substituir os indicados neste instrumento.

5.4.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também em nome e CPF de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

5.5. Para fins de habilitação, os seguintes documentos deverão ser apresentados em conjunto com a proposta - **Formulário de Requerimento de Credenciamento - Anexo III**, conforme definido no item 4.4 deste Edital:

- a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- c) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- d) Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.
15/09/2025 as 16:49:16 por Eng.Civ. Eng.Seg.Trab. Carlos Alberto Kita Xavier Presidente, Registro: 036650 1.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

- e) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- f) No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei n.º 5.764, de 1971;
- g) Cópia da carteira de identidade e de comprovante de inscrição no CPF da pessoa que representará a empresa em eventual contratação. Obs.: Caso a representação se dê através de procuração, necessário envio de cópia do instrumento procuratório;
- h) Certificado de Registro Cadastral – CRC junto ao SICAF - Sistema de Cadastro de Fornecedores;
- i) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);
- j) Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com efeitos de Negativa, relativa a Tributos Federais (inclusive as contribuições sociais) e à Dívida Ativa da União;
- k) Certidão de regularidade de débito para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- l) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943;
- m) Certidão de Regularidade com a Fazenda Estadual (Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos de Tributos Estaduais), do domicílio ou sede do proponente;
- n) Certidão de Regularidade com a Fazenda Municipal (Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos de Tributos Municipais), do domicílio ou sede do proponente;
- o) Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, e demais declarações conforme **Formulário de Requerimento de Credenciamento - Anexo III**.

5.6. Caso constem no Sistema, os documentos acima descritos poderão ser substituídos por consulta no SICAF.

5.7. Caso as certidões apresentadas não registrem prazo de validade previamente estipulado pelo órgão emissor, serão consideradas válidas por 90 (noventa) dias, contados da data de sua emissão.

5.8. A documentação deverá ser apresentada no original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, por publicação em órgão de imprensa oficial ou autenticado mediante a apresentação do respectivo original.

5.9. Serão inabilitados os proponentes que não atenderem às exigências de habilitação acima. Em caso de apresentação de documentação que saneie a situação no prazo determinado pelo CREA-SC, esta será avaliada e o credenciamento deferido.

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.
15/09/2025 as 16:49:16 por Eng.Civ. Eng.Seg.Trab. Carlos Alberto Kita Xavier Presidente, Registro: 036650 1.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

5.10. Após a apresentação dos documentos de habilitação, fica vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, exceto em sede de diligência, para:

- a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; ou
- b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento da documentação.

5.11. A verificação pela Comissão de Contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, constitui meio legal de prova para fins de habilitação.

5.12. Na análise dos documentos de habilitação, a Comissão de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

5.13. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte observará o disposto no art. 42 da Lei Complementar nº 123, de 14 de agosto de 2006.

5.14. A inscrição neste Chamamento demonstra que o interessado concorda com os termos do presente Edital, sujeitando-se, assim, às regras nele previstas e aos diplomas legais pertinentes, em especial às disposições da Lei nº 14.133/2021, do Decreto nº 11.878/2024 e do Regulamento Interno de Licitações e Contratos - RILC do CREA-SC.

6. DA DIVULGAÇÃO DO RESULTADO, DO CREDENCIAMENTO E DA CONTRATAÇÃO

6.1. O resultado do julgamento, contendo a lista dos interessados classificados e habilitados, será divulgado no site do CREA-SC, a saber, <https://portal.crea-sc.org.br/>, no campo divulgação – licitações, e também será informado aos participantes por mensagem eletrônica através do e-mail presente no **Formulário de Requerimento de Credenciamento – Anexo III**, em até 5 (cinco) dias úteis após lavrada a Ata de Julgamento pela Comissão de Contratação.

6.2. O interessado assume o risco de perda de negócio em caso de fornecimento de endereço de e-mail incorreto e não recebimento das comunicações do CREA-SC.

6.3. A lista dos credenciados será divulgada no site do CREA-SC, a saber, <https://portal.crea-sc.org.br/>, no campo divulgação – licitações, e também no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP – acessível em <https://www.gov.br/pncp/pt-br>.

6.4. O contrato/substitutivo legal vigorará por 06 (seis) meses, a partir da data da sua assinatura/emissão, sendo vedada a sua prorrogação, ressalvado o disposto abaixo:

6.4.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.
15/09/2025 as 16:49:16 por Eng.Civ. Eng.Seg.Trab. Carlos Alberto Kita Xavier Presidente, Registro: 036650 1.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

de culpa da empresa patrocinadora, previstas neste instrumento, no Termo de Referência e no contrato/substitutivo legal.

6.4.2. O contrato/substitutivo legal não poderá ser prorrogado quando a empresa patrocinadora tiver sido penalizada nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

6.5. Após divulgação da lista de credenciados, o CREA-SC poderá convocar o credenciado para assinatura do instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme disposto no art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

6.6. A empresa convocada deverá assinar o Contrato de Patrocínio/substitutivo em até 03 (três) dias úteis, a contar da data da sua convocação.

6.6.1. O prazo acima poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação, devidamente justificada, do credenciado durante o seu transcurso, desde que o motivo apresentado seja aceito pelo CREA-SC.

6.7. Quando convocado, o credenciado deverá comprovar que mantém todos os requisitos de habilitação exigidos neste Edital de Credenciamento para fins de assinatura do Contrato de Patrocínio ou outro instrumento hábil.

6.8. Previamente à contratação, o CREA-SC realizará consulta ao SICAF para identificar possível impedimento de licitar e contratar.

6.9. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

6.9.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

6.10. Os valores contratados das cotas de patrocínio serão fixos e irrevogáveis.

6.11. Os contratos/substitutivos decorrentes deste credenciamento poderão ser alterados, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

6.12. Não será permitida a subcontratação do objeto deste credenciamento.

6.13. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou no interesse do CREA-SC, devidamente justificado, em qualquer caso, pela Presidência do Conselho, não será rescindido o contrato/substituto em execução com a empresa patrocinadora que estiver irregular.

7. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DO PAGAMENTO

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.
15/09/2025 as 16:49:16 por Eng.Civ. Eng.Seg.Trab. Carlos Alberto Kita Xavier – Presidente, Registro: 036650 1.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

7.1. Não é necessária a indicação da dotação orçamentária, uma vez que não existirá nenhuma forma de remuneração, repasse ou qualquer ônus aos cofres públicos. Logo, não haverá qualquer forma de remuneração por parte do CREA-SC às patrocinadoras.

7.2. Os recursos financeiros advindos dos patrocínios deverão se dar por meio da conta única e oficial deste Conselho e as despesas a elas vinculadas regularmente executadas, segundo a legislação orçamentária em vigor.

7.3. O pagamento deverá ser efetuado por meio de depósito/transferência bancária única e exclusivamente para a conta única e oficial deste Conselho, a saber:

Razão Social: Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina – CREA-SC;

CNPJ: 82.511.643/0001-64;

Banco: Caixa Econômica Federal;

Agência: 1011;

Operação: 003;

Conta Corrente: 800035-0.

7.4. O pagamento da(s) cota(s) adquirida(s) deverá ser efetuado pela empresa patrocinadora no prazo de até 10 (dez) dias corridos, contados da data da assinatura do contrato/substitutivo, conforme condições nele estabelecidas.

7.5. O comprovante de depósito/transferência bancária servirá como recibo da(s) cota(s) de patrocínio adquirida(s).

7.6. É vedado à empresa patrocinadora o repasse de dinheiro em espécie de valor referente à(s) cota(s) de patrocínio ao CREA-SC, a qualquer fornecedor, prestador ou a qualquer funcionário ou agente do Conselho.

7.7. O CREA-SC ficará responsável pela contratação direta dos objetos demandados pelo evento. Os valores de patrocínio serão utilizados exclusivamente para custear as despesas necessárias para a realização do evento.

8. DOS RECURSOS, DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO

8.1. Dos atos administrativos e decisões relativas a esse credenciamento, caberá recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação do ato ou da lavratura da Ata. A intimação do ato se dará na forma do item 6.1 deste Edital.

8.2. O recurso será dirigido à Comissão Especial de Contratação, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à Presidência do CREA-SC, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.
15/09/2025 as 16:49:16 por Eng.Civ. Eng.Seg.Trab. Carlos Alberto Kita Xavier – Presidente, Registro: 036650 1.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

- 8.3. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.
- 8.4. O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.
- 8.5. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 8.6. Os recursos referentes à habilitação e ao julgamento das propostas terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 8.7. Qualquer pessoa física ou jurídica é parte legítima para impugnar este Edital de Credenciamento por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021, ou para solicitar esclarecimentos sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data limite para o recebimento das inscrições.
- 8.8. A Comissão Especial de Contratação do CREA-SC responderá à impugnação ou ao pedido de esclarecimentos, que será divulgada no sítio eletrônico oficial do CREA-SC, no prazo de até 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido.
- 8.9. Em caso de acolhimento da impugnação, este Edital retificado será republicado, na forma como se deu a publicação original, observando-se os prazos inicialmente previstos e respeitado o tratamento isonômico dos interessados.
- 8.10. A impugnação não terá efeito suspensivo e a decisão da Comissão Especial de Contratação será motivada nos autos.
- 8.11. Os recursos, pedidos de esclarecimentos e impugnações deverão ser protocolizados exclusivamente pelo e-mail: creajr@crea-sc.org.br.

9. DA HOMOLOGAÇÃO DO CREDENCIAMENTO

- 9.1. A Presidência do CREA-SC realizará a homologação do credenciamento, após instrução da Comissão Especial de Contratação.

10. DO DESCREDENCIAMENTO

- 10.1. O CREA-SC poderá realizar o descredenciamento de credenciado quando houver:

- I - pedido formalizado pelo credenciado;
- II - perda das condições de habilitação do credenciado;
- III - descumprimento injustificado do contrato/substituto pelo credenciado; e
- IV - sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade superveniente ao credenciamento.

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.
15/09/2025 as 16:49:16 por Eng.Civ. Eng.Seg.Trab. Carlos Alberto Kita Xavier Presidente, Registro: 036650 1.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

10.2. O pedido de descredenciamento de que trata o inciso I do item acima não desincumbirá o credenciado do cumprimento de eventuais contratos/substitutos assumidos e das responsabilidades deles decorrentes.

10.3. O credenciado poderá solicitar seu descredenciamento a qualquer tempo, desde que mantenha as contratações vigentes, mediante envio de requerimento ao CREA-SC, e somente após o regular cumprimento das obrigações assumidas.

10.4. Nas hipóteses previstas nos incisos II e III do item 10.1, além do descredenciamento, deverá ser aberto processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, para possível aplicação de penalidade, na forma estabelecida na Lei nº 14.133/2021.

11. DAS SANÇÕES E INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. São aplicáveis as sanções previstas no Título IV, Capítulo I, da Lei Federal nº 14.133/21 e demais normas pertinentes.

11.2. A recusa injustificada do credenciado em assinar o contrato/substituto legal, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pelo CREA-SC, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades da Lei Federal nº 14.133/21 e demais normas pertinentes, além do estabelecido neste Edital e no Termo de Referência em anexo **(Anexo I)**.

11.3. As demais sanções e infrações administrativas, além de suas cominações legais, encontram-se estabelecidas no Termo de Referência em anexo **(Anexo I)**.

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As empresas participantes devem ter pleno conhecimento das regras constantes neste instrumento, das condições gerais e específicas do objeto pretendido, não podendo invocar qualquer desconhecimento como elemento impeditivo da correta formulação da proposta e do integral cumprimento do Contrato de Patrocínio, decorrente deste Edital.

12.2. Informações serão prestadas aos interessados pela Comissão Especial de Contratação, no horário de expediente, de segunda a sexta, das 9h às 17h, pelo telefone (48) 99159-4791 e/ou pelo e-mail creajr@crea-sc.org.br, ou pelo site <https://portal.crea-sc.org.br/>, no campo divulgação – licitações, onde será publicado o Edital de Chamamento Público e demais informações acerca do andamento do presente credenciamento.

12.2.1. Os interessados deverão consultar o site <https://portal.crea-sc.org.br/> a fim de obterem esclarecimentos futuros e informações acerca do andamento do presente Edital.

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.
15/09/2025 as 16:49:16 por Eng.Civ. Eng.Seg.Trab. Carlos Alberto Kita Xavier Presidente, Registro: 036650 1.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

12.3. A inscrição do interessado para o credenciamento mediante apresentação do Formulário de Requerimento de Credenciamento implicará a aceitação integral e irrestrita das condições estabelecidas no Termo de Referência e neste Edital de Chamamento Público.

12.4. Os casos omissos serão resolvidos com base nas disposições constantes da Lei nº 14.133/2021, do Decreto nº 11.878/2024 e do Regulamento de Licitações e Contratos - RILC do CREA-SC, nos princípios de direito público e, subsidiariamente, com base em outras leis que se prestem a suprir eventuais lacunas.

12.5. Na contagem dos prazos referidos neste Edital, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o dia de vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dia de expediente do CREA-SC.

12.6. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

12.7. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

12.9. Os licitantes dão pleno conhecimento do Regulamento de Implantação da Lei 14.133/2021 do CREA-SC – RILC do CREA-SC.

12.9.1. O Regulamento de Implantação da Lei 14.133/2021 do CREA-SC - RILC do CREA-SC, encontra-se disponível no endereço eletrônico www.crea-sc.org.br, na sessão Licitações.

12.10. Fica eleito o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de Santa Catarina – Subseção Judiciária de Florianópolis, como competente para solucionar eventuais pendências decorrentes do presente credenciamento, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

12.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- a) **Anexo I - Termo de Referência - TR;**
- b) **Anexo II - Estudo Técnico Preliminar - ETP;**
- c) **Anexo III - Formulário de Requerimento de Credenciamento;**
- d) **Anexo IV - Minuta de Contrato.**

Florianópolis/SC, datado e assinado eletronicamente.

Eng. Civ. Seg. Trab. CARLOS ALBERTO KITA XAVIER
Presidente do CREA-SC

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.
15/09/2025 as 16:49:16 por Eng.Civ. Eng.Seg.Trab. Carlos Alberto Kita Xavier Presidente, Registro: 036650 1.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

ANEXO I e ANEXO II

TERMO DE REFERÊNCIA E ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

****Documentos em separado na mesma pasta do Edital.**

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.
15/09/2025 as 16:49:16 por Eng.Civ. Eng.Seg.Trab. Carlos Alberto Kita Xavier Presidente, Registro: 036650 1.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

ANEXO III

FORMULÁRIO DE REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO

À COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DO CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 90007/2025

DADOS DA PROPONENTE		
RAZÃO SOCIAL:		
NOME FANTASIA:	CNPJ:	
ENDEREÇO:	Nº:	BAIRRO:
CIDADE:	ESTADO:	CEP:
TELEFONE:	E-MAIL:	
DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL		
NOME:		
CPF:	RG:	

Em atendimento ao Edital de Chamamento Público nº 90007/2025 em epígrafe, apresentamos a seguinte proposta de patrocínio, conforme cota(s) de nosso interesse e valores fixados no Edital:

OPÇÃO(ÕES)	TIPO DE COTA(S)	VALOR UNITÁRIO	QUANTIDADE DE COTA(S) SOLICITADA(S)
()	DOUTORADO	R\$ 20.000,00	
()	MESTRADO	R\$ 10.000,00	
()	GRADUAÇÃO	R\$ 5.000,00	
()	INICIAÇÃO CIENTÍFICA	R\$ 1.000,00	

DECLARAMOS, ainda:

- que a validade da nossa proposta é de 60 (sessenta) dias;

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.
15/09/2025 as 16:49:16 por Eng.Civ. Eng.Seg.Trab. Carlos Alberto Kita Xavier – Presidente, Registro: 036650 1.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

- que o valor ofertado é fixo, não comportando qualquer correção no curso da vigência do Contrato de Patrocínio;

- que temos ciência e concordamos com todas as disposições do Edital de Chamamento Público nº 90007/2025 deste CREA-SC, e seus Anexos, assim como que estamos de acordo e damos pleno conhecimento do Regulamento de Licitações e Contratos – RILC do CREA-SC;

- que são verdadeiras todas as informações prestadas e todos os documentos apresentados em conjunto com esta proposta e que cumprimos plenamente com os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, respondendo pela veracidade das informações prestadas neste certame, na forma da lei, nos termos do art. 63, inciso I, da Lei nº 14.133/2021;

- que não utilizamos, em qualquer das nossas atividades, trabalho infantil, trabalho forçado/degradante ou análogo à condição de escravo, observado o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

- que não estamos impedidos de participar do Edital de Chamamento Público nº 90007/2025 deste CREA-SC, nos termos do respectivo Edital e seus Anexos;

- em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal, assim como no inciso VI, do art. 68, da Lei nº 14.133/2021, que não empregamos menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;

- que cumprimos as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, nos termos do art. 63, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021;

- que não há qualquer impedimento à nossa habilitação e contratação e que o nosso requerimento de participação está em conformidade com as exigências do Edital de Chamamento Público nº 90007/2025 deste CREA-SC, comprometendo-nos a informar a superveniência de decisório que nos julgue inidônea e/ou impedida durante a tramitação do procedimento licitatório ou da execução do contrato;

- que autorizamos os membros da Comissão de Contratação do CREA-SC a efetuar o Registro Cadastral da nossa empresa junto ao SICAF - Sistema de Cadastro de Fornecedores do Governo Federal.

APRESENTAMOS, em conjunto com a presente proposta, todos os documentos de habilitação exigidos pelo Edital de Chamamento Público nº 90007/2025 deste CREA-SC.

Cidade, xx de xxx de xxxxx.

Representante Legal

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.
15/09/2025 as 16:49:16 por Eng.Civ. Eng.Seg.Trab. Carlos Alberto Kita Xavier - Presidente, Registro: 036650 1.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

ANEXO IV

MINUTA DE CONTRATO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº XXX
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

CONTRATO Nº xxx/2025

INSTRUMENTO DE CONTRATO – ACORDO DE PATROCÍNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO, O CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC, E DE OUTRO, xxx.

DAS PARTES

Pelo presente instrumento, de um lado, o **CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC**, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ sob o n. 82.511.643/0001-64, com sede na Rodovia Admar Gonzaga, n. 2.125, Itacorubi, Florianópolis/SC, neste ato representado por seu Presidente, **Eng. Civ. e Seg. Trab. CARLOS ALBERTO KITA XAVIER**, de acordo com representação legal que lhe é outorgada por Termo de Posse, de 08 de dezembro de 2023, doravante denominado **PATROCINADO**, e, de outro lado, **xxx**, pessoa jurídica de direito xxx, devidamente inscrita no CNPJ sob o n. xxx, com sede na xxx, neste ato representada por **xxx**, de acordo com representação legal que lhe é conferida por xxx, doravante denominado **PATROCINADORA**, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo n. 5-250118185-1 e em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021, do Decreto nº 11.878/2024, da Portaria nº 233, de 20 de dezembro de 2023 – RILC do CREA-SC, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a concessão de patrocínio, não exclusivo, por parte da empresa **PATROCINADORA**, para apoio e promoção ao 1º Congresso Catarinense do CREAjr, que acontecerá entre os dias 31 de outubro e 01 de novembro de 2025 no Centro de Cultura e Eventos, em Chapecó/SC.

1.2. A(s) cota(s) de patrocínio ora contratada(s) é(são) a(s) seguinte(s):

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.
15/09/2025 as 16:49:16 por Eng.Civ. Eng.Seg.Trab. Carlos Alberto Kita Xavier – Presidente, Registro: 036650 1.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

OPÇÃO(ÕES)	TIPO DE COTA(S)	VALOR UNITÁRIO	QUANTIDADE DE COTA(S) SOLICITADA(S)
()	DOUTORADO	R\$ 20.000,00	
()	MESTRADO	R\$ 10.000,00	
()	GRADUAÇÃO	R\$ 5.000,00	
()	INICIAÇÃO CIENTÍFICA	R\$ 1.000,00	

1.3. Pela(s) cota(s) adquirida(s), a empresa **PATROCINADORA** faz jus às seguintes contrapartidas:

Contrapartidas	Doutorado	Mestrado	Graduação	Iniciação Científica
Exibição da marca na tela do palco principal	X	X	X	X
Menção da marca pelo Mestre de Cerimônias no palco principal	X	X	X	
Vídeo de até 60 segundos no palco principal	X			
Relatório completo com os resultados do evento	X	X	X	X
Aplicação da marca nas redes sociais do evento	X	X	X	X
Aplicação da marca em e-mail marketing de divulgação	X	X	X	X
Envio de enxoval de peças para divulgação em redes sociais	X	X	X	X
Posts e reels colaborativos e stories no Instagram	4	3	1	
Entrevista exclusiva no evento (5min)	X			
Material no kit de boas vindas do evento *	X	X	X	X
* Aproximadamente 500 Kits de boas-vindas, onde o material a ser colocado no kit deverá ser fornecido por parte do patrocinador.				

1.3.1. Os demais detalhes e conteúdos das contrapartidas estão delimitados no Termo de Referência - TR, no Estudo Técnico Preliminar – ETP e no Edital, e seus Anexos, integrantes do Processo Administrativo n. 5-250118185-1, que se vinculam à presente contratação e ficam fazendo parte integrante e inseparável deste Contrato, como se aqui estivessem transcritos.

1.4. A produção e o fornecimento dos materiais de divulgação da **PATROCINADORA** bem como do seu vídeo institucional e demais materiais físicos e/ou eletrônicos de divulgação, inclusive os custos de produção, confecção e entrega, serão de inteira responsabilidade da **PATROCINADORA**.

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.
15/09/2025 as 16:49:16 por Eng.Civ. Eng.Seg.Trab. Carlos Alberto Kita Xavier Presidente, Registro: 036650 1.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

- 1.5. A não utilização da(s) contrapartida(s), por parte da empresa **PATROCINADORA**, implicará na perda do direito de utilização e não ensejará qualquer tipo de abatimento ou restituição do valor da cota.
- 1.6. Os produtos ofertados e/ou comercializados deverão obedecer à legislação de regência e estar de acordo com as normas técnicas de segurança, ficando sob a responsabilidade integral da empresa **PATROCINADORA** qualquer dano causado a terceiros.
- 1.7. As cotas de patrocínio não são exclusivas, ou seja, uma mesma categoria de cota poderá ser patrocinada por diversos patrocinadores, limitadas às quantidades por categoria, sendo garantido a cada um deles, a correspondente contrapartida.
- 1.8. O tempo de exibição para patrocínio é individual e intransferível, não podendo ser aproveitado por outra empresa **PATROCINADORA**, ainda que devidamente credenciada.
- 1.9. Vinculam-se ao presente Contrato, dele fazendo parte integrante e inseparável, todos os documentos produzidos no âmbito do Processo Administrativo n. 5-250118185-1, em especial o Termo de Referência - TR, o Estudo Técnico Preliminar – ETP e o Edital respectivos, e seus Anexos, além da proposta de inscrição apresentada pela empresa **PATROCINADORA** no Chamamento Público nº 90007/2025 deste CREA-SC.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é de **06 (seis) meses, a partir da data da sua assinatura**, com início em **XXX** e término em **XXX**, sendo vedada a sua prorrogação, ressalvado o disposto abaixo:
- 2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa da empresa **PATROCINADORA**, previstas neste instrumento e no Edital e seus Anexos.
- 2.1.2. Este Contrato não poderá ser prorrogado quando a empresa **PATROCINADORA** tiver sido penalizada nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

- 3.1. Os colaboradores descritos abaixo serão responsáveis pela gestão e fiscalização da execução do objeto deste Contrato:
- 3.1.1. **Gestor:** Rodrigo Espindola - Coordenador da Assessoria Integração Profissional - Matrícula 277;

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.
15/09/2025 as 16:49:16 por Eng.Civ. Eng.Seg.Trab. Carlos Alberto Kita Xavier - Presidente, Registro: 036650 1.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

3.1.2. **Fiscal:** Rhuan Bittencourt - Coordenador da Assessoria Especial de Inovação - Matrícula 491.

3.2. O fiscal e o gestor do Contrato acompanharão:

3.2.1. O cumprimento das obrigações da empresa **PATROCINADORA**, de acordo com a(s) cota(s) contratada(s) e as demais exigências deste Contrato, do Termo de Referência e do Edital respectivos;

3.2.2. As ativações a serem realizadas pela empresa **PATROCINADORA**.

3.3. As atividades de gestão e fiscalização deverão seguir os ditames do Decreto nº 11.246, de 27 de outubro de 2022.

3.4. O gestor desta contratação deve tomar as providências para a substituição dos agentes de fiscalização nas suas ausências, afastamentos ou férias, sob pena de assumir a responsabilidade sobre a fiscalização nestes períodos.

3.5. A fiscalização técnica e administrativa desta contratação acompanhará a execução da contratação, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas neste Contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

3.6. A fiscalização técnica e administrativa desta contratação anotarà no histórico de gerenciamento da contratação todas as ocorrências relacionadas à execução deste Contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

3.7. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, a fiscalização técnica e administrativa desta contratação emitirá notificações para a correção da execução da contratação, determinando prazo para a correção.

3.8. A fiscalização técnica e administrativa desta contratação informará ao gestor do Contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

3.9. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução desta contratação nas datas aprazadas, a fiscalização técnica e administrativa da contratação comunicará o fato imediatamente ao gestor do Contrato.

3.10. A fiscalização técnica e administrativa desta contratação comunicará ao gestor do Contrato, em tempo hábil, o término deste Contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.
15/09/2025 as 16:49:16 por Eng.Civ. Eng.Seg.Trab. Carlos Alberto Kita Xavier Presidente, Registro: 036650 1.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

3.11. A fiscalização técnica e administrativa desta contratação verificará a manutenção das condições de habilitação da empresa **PATROCINADORA**, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

3.12. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, a fiscalização técnica e administrativa desta contratação atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do Contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

3.13. O gestor do Contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização da contratação contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do Contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do Contrato para fins de atendimento da finalidade da Administração.

3.14. O gestor do Contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais da contratação, de todas as ocorrências relacionadas à execução da contratação e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

3.15. O gestor do Contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da empresa **PATROCINADORA**, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

3.16. O gestor do Contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela empresa **PATROCINADORA**, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

3.17. O gestor do Contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158, da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente e/ou setor com competência para tal, conforme o caso.

3.18. O gestor do Contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

3.19. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os demais prazos e condições aplicáveis constam do Termo de Referência - TR, do Estudo Técnico Preliminar – ETP e do Edital respectivos, e seus Anexos, vinculados a este Contrato.

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

15/09/2025 as 16:49:16 por Eng.Civ. Eng.Seg.Trab. Carlos Alberto Kita Xavier Presidente, Registro: 036650 1.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

3.20. A presente contratação fundamenta-se no art. 79 da Lei nº 14.133/2021, no Decreto nº 11.878/2024 e no artigo 57 do Regulamento de Licitações e Contratos – RILC do CREA-SC, conforme já esmiuçado no Estudo Técnico Preliminar – ETP e no Termo de Referência – TR respectivos.

3.21. Em atendimento ao artigo 6º do Decreto nº 11.878/2024, a presente contratação se enquadra na condição de inexigibilidade estabelecida no inciso IV do artigo 74 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.2. É permitida à empresa **PATROCINADORA** a realização de ações promocionais com outras marcas, entretanto as marcas não receberão nenhuma menção na comunicação visual do evento ou pelo mestre de cerimônias.

CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO

5.1. O valor global desta contratação importa em R\$ (.....), conforme especificado no item 1.2 deste Contrato.

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA – DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DO PAGAMENTO

6.1. Os recursos financeiros advindos dos patrocínios deverão se dar por meio da conta única e oficial do CREA-SC e as despesas a elas vinculadas regularmente executadas, segundo a legislação orçamentária em vigor.

6.2. O pagamento deverá ser efetuado por meio de depósito/transferência bancária única e exclusivamente para a conta única e oficial do **PATROCINADO**, a saber:

Razão Social: Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina – CREA-SC;

CNPJ: 82.511.643/0001-64;

Banco: Caixa Econômica Federal;

Agência: 1011;

Operação: 003;

Conta Corrente: 800035-0.

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.
15/09/2025 as 16:49:16 por Eng.Civ. Eng.Seg.Trab. Carlos Alberto Kita Xavier – Presidente, Registro: 036650 1.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

6.3. O pagamento da(s) cota(s) adquirida(s) deverá ser efetuado pela empresa **PATROCINADORA** no prazo de até 10 (dez) dias corridos, contados da data da assinatura deste Contrato.

6.4. O comprovante de depósito/transferência bancária servirá como recibo da(s) cota(s) de patrocínio adquirida(s).

6.5. É vedado à empresa **PATROCINADORA** o repasse de dinheiro em espécie de valor referente à(s) cota(s) de patrocínio ao CREA-SC, a qualquer fornecedor, prestador ou a qualquer funcionário ou agente do Conselho.

6.6. O **PATROCINADO** ficará responsável pela contratação direta dos objetos demandados pelo evento. Os valores de patrocínio serão utilizados exclusivamente para custear as despesas necessárias para a realização do evento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE

7.1. Os preços contratados são fixos e irrevogáveis, não comportando qualquer correção no curso da vigência deste Contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES E DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

8.1. Constituem obrigações da empresa **PATROCINADORA**:

8.1.1. Cumprir com o objeto, os prazos e demais exigências previstas neste Contrato, no Termo de Referência e no Edital respectivo;

8.1.2. Executar o objeto, atuando em seu próprio nome, por sua conta e risco, sendo-lhe, portanto, vedado ceder ou transferir, no todo ou em parte, os direitos e obrigações dele decorrentes;

8.1.3. Efetuar os pagamentos devidos mediante transferência bancária para conta específica do CREA-SC, nos termos deste Contrato, do Termo de Referência e do Edital respectivo;

8.1.4. Manter, durante a execução do patrocínio, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, facultando-se ao CREA-SC o direito de exigir, a qualquer tempo, a comprovação do cumprimento desta condição;

8.1.5. Cumprir todos os princípios éticos e de conduta profissional do CREA-SC;

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.
15/09/2025 as 16:49:16 por Eng.Civ. Eng.Seg.Trab. Carlos Alberto Kita Xavier – Presidente, Registro: 036650 1.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

8.1.6. Não utilizar, em qualquer das suas atividades, trabalho infantil, trabalho forçado/degradante ou análogo à condição de escravo;

8.1.7. Requerer prévia autorização e aprovação da Assessoria de Imprensa e Comunicação do CREA-SC para a utilização do logotipo do CREA-SC em materiais de divulgação, sejam físicos ou eletrônicos;

8.1.8. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo CREA-SC, atendendo de imediato às solicitações de seus representantes;

8.1.9. Fornecer, às suas expensas, e no que lhe caiba, material de divulgação e serviços para exercício das contraprestações relacionadas à(s) cota(s) de patrocínio adquirida(s);

8.1.10. Guardar o mais absoluto sigilo em relação às informações ou documentos de qualquer natureza a que venham tomar conhecimento, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e/ou incorreta ou descuidada utilização;

8.1.11. Fornecer logomarca/logotipo, em até 10 dias corridos após assinatura deste Contrato, em arquivo possível de ser aplicada em impressos com grandes formatos, sem prejuízo à qualidade de resolução, para ser utilizada pelo CREA-SC em materiais de divulgação do evento, conforme estabelecido neste instrumento;

8.1.12. Manter os dados cadastrais atualizados junto ao CREA-SC;

8.1.13. Apresentar, sempre que solicitada, documentos comprobatórios dos requisitos de habilitação constantes deste Contrato, do Termo de Referência e do Edital;

8.1.14. Observar e cumprir as normas de participação;

8.1.15. Quaisquer ações do CREA-SC que extrapolem as suas obrigações previstas neste Contrato, no Termo e no Edital constituem mera liberalidade da Autarquia não implicando no estabelecimento de novas obrigações.

8.1.16. Além do disposto acima, caberá à empresa **PATROCINADORA**:

8.1.16.1. Conhecer e observar os princípios e as regras de conduta constantes do Código de Conduta Ética - Portaria nº 337/2024, da Política de Conflito de Interesses - Portaria nº 338/2024 e da Política de Prevenção e Combate ao Assédio Moral e Sexual e a Todas as Formas de Violência e Discriminação - Portaria nº 339/2024, no âmbito do CREA-SC;

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.
15/09/2025 as 16:49:16 por Eng.Civ. Eng.Seg.Trab. Carlos Alberto Kita Xavier - Presidente, Registro: 036650 1.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

8.1.16.2. Observar, em suas relações com o CREA-SC, boas práticas e medidas legais de prevenção e apuração de denúncias de assédio moral e sexual ou discriminação que envolvam seus empregados ou representantes, conforme a Lei nº 14.457, de 21 de setembro de 2022;

8.1.16.3. Estar ciente de que assume o compromisso de não realizar atos de discriminação, em todas as suas formas, por motivos de raça, gênero e outros, conforme dispõe a Constituição Federal de 1988 em seu inciso IV do art. 3º, inciso I do art. 5º, observando, no que couber, o Estatuto da Igualdade Racial instituído pela Lei n. 12.288/2010; e

8.1.16.4. Estar ciente de que assume o compromisso de não praticar, de nenhuma forma, ações que lesionem a Dignidade da Pessoa Humana e a Valorização do Trabalho Humano protegidos nos arts. 1º e 170 da Constituição Federal, e que possam ser enquadradas nos arts. 149, 203 e 207 do Código Penal.

8.2. Constituem obrigações do PATROCINADO:

8.2.1. Garantir que todas as ações e processos estejam em conformidade com as normas e regulamentos aplicáveis, incluindo a legislação pertinente;

8.2.2. Garantir a aplicabilidade e observância da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018), assegurando que todas as informações pessoais das empresas credenciadas sejam tratadas com confidencialidade e segurança;

8.2.3. Implementar políticas e práticas de proteção de dados que estejam em conformidade com a LGPD, garantindo que os dados coletados sejam utilizados apenas para os fins especificados e com o consentimento dos envolvidos;

8.2.4. Cumprir com as contrapartidas conforme a(s) cota(s) adquirida(s) pela empresa **PATROCINADORA**;

8.2.5. Assegurar que o evento patrocinado seja organizado de maneira apropriada, total, completa e suficiente para consecução do objeto do presente Contrato, do Termo de Referência e do Edital respectivo;

8.2.6. Responsabilizar-se pela execução das atividades e providências necessárias à organização e realização do evento, competindo-lhe a escolha e a tomada de decisões sobre a adoção de medidas técnicas, operacionais, administrativas e financeiras para a execução desse fim, e ainda, pela fiel observância da legislação vigente em relação aos aspectos fiscais, jurídicos, contábeis, financeiros, trabalhistas, previdenciários e comerciais derivados e relacionados ao evento;

8.2.7. Efetuar o pagamento de todas as taxas devidas, bem como obter as licenças e autorizações necessárias à realização do evento;

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.
15/09/2025 as 16:49:16 por Eng.Civ. Eng.Seg.Trab. Carlos Alberto Kita Xavier – Presidente, Registro: 036650 1.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

8.2.8. Utilizar a marca, nome e imagem da empresa **PATROCINADORA** única e exclusivamente para finalidade deste Contrato;

8.2.9. Respeitar os padrões da marca da empresa **PATROCINADORA**, não lhe sendo permitida nenhuma modificação sem prévia e expressa autorização da mesma;

8.2.10. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela empresa **PATROCINADORA**;

8.2.11. Fiscalizar a execução desta contratação através dos seus representantes, devidamente designados;

8.2.12. O CREA-SC poderá ainda divulgar a empresa **PATROCINADORA** nos demais meios de comunicação (revista, jornal, newsletter, redes sociais, e outros que a Autarquia entender pertinentes) que serão feitos em quantidade e modalidade estabelecidas pelo planejamento de divulgação da Assessoria de Imprensa e Comunicação do CREA-SC, além das estabelecidas na(s) cota(s) adquirida(s) pela empresa **PATROCINADORA**.

8.3. Quaisquer ações do CREA-SC que extrapolarem as suas obrigações previstas neste Contrato, no Termo e no Edital constituem mera liberalidade da Autarquia não implicando no estabelecimento de novas obrigações.

8.4. Além do disposto acima, caberá ao CREA-SC, por meio do gestor do Contrato, previamente ao início da execução do objeto, entregar à empresa **PATROCINADORA** cópias do seu Código de Conduta Ética - Portaria nº 337/2024, da sua Política de Conflito de Interesses - Portaria nº 338/2024 e da sua Política de Prevenção e Combate ao Assédio Moral e Sexual e a Todas as Formas de Violência e Discriminação - Portaria nº 339/2024, para o conhecimento e observância de seus regramentos pela empresa **PATROCINADORA** e pelos seus empregados quando alocados para a prestação de serviços no Conselho.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

9.1. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

9.2. As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.
15/09/2025 as 16:49:16 por Eng.Civ. Eng.Seg.Trab. Carlos Alberto Kita Xavier – Presidente, Registro: 036650 1.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

9.3. As partes responderão administrativa e judicialmente, em caso de causarem danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, aos titulares de dados pessoais, repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à LGPD.

9.4. A empresa **PATROCINADORA** declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e, se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados pelo CREA-SC.

9.5. A empresa **PATROCINADORA** fica obrigada a comunicar ao CREA-SC, em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

9.6. Quando do compartilhamento de dados pessoais, somente serão disponibilizados aqueles com prévia autorização, pelos respectivos responsáveis, em cumprimento à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais nº 13.709 - LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a empresa **PATROCINADORA** que:

I - dar causa à inexecução parcial do Contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do Contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do Contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o Contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do Contrato;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do Contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.
15/09/2025 as 16:49:16 por Eng.Civ. Eng.Seg.Trab. Carlos Alberto Kita Xavier Presidente, Registro: 036650 1.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

11.2. Serão aplicadas à empresa **PATROCINADORA** que incorrer nas infrações acima descritas, as seguintes sanções:

11.2.1. Advertência, quando a empresa **PATROCINADORA** der causa à inexecução parcial do Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

11.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “II”, “III”, “IV”, “V”, “VI” e “VII” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

11.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “VIII”, “IX”, “X”, “XI” e “XII” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “II”, “III”, “IV”, “V”, “VI” e “VII” que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021);

11.2.4. Multa:

a) Moratória, para as infrações descritas acima na alínea “VII”, de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias.

a.1) O atraso superior a 15 (quinze) dias autoriza a Administração a promover a extinção do Contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021, além da aplicação da multa compensatória correspondente.

b) Compensatória, para as infrações descritas acima nas alíneas “VIII” a “XII” de 0,5% (cinco centésimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

c) Compensatória, para a inexecução total/global do Contrato prevista acima na alínea “III”, de 0,5% (cinco centésimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

d) Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “II”, de 0,5% (cinco centésimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

e) Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “VII”, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

f) Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “I”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

15/09/2025 as 16:49:16 por Eng.Civ. Eng.Seg.Trab. Carlos Alberto Kita Xavier Presidente, Registro: 036650 1.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CREA-SC (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.5. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.6. Previamente ao encaminhamento da cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à empresa **PATROCINADORA**, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como no Regulamento de Licitações e Contratos Administrativos do CREA-SC – RILC, instituído pela Portaria nº 233, de 30 de dezembro de 2023, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar, e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.7.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados no Formulário de Requerimento de Credenciamento, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

11.7.2. Os endereços de e-mail informados no Formulário de Requerimento de Credenciamento e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

11.8. As partes contratantes devem indicar no instrumento de contrato, assim como as empresas em seu Formulário de Requerimento de Credenciamento, os seus e-mails, em que devem receber as comunicações referidas no item 11.7.1, declarando que se obrigam a verificá-los a cada 24 (vinte e quatro) horas e que, se houver alteração de e-mail ou qualquer defeito técnico, devem comunicar a outra parte no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

11.8.1. Os prazos indicados nas comunicações iniciam em 02 (dois) dias úteis a contar da data de envio do e-mail referido no caput, salvo se houver confirmação de leitura ou de recebimento anterior, hipótese em que os prazos se iniciam com a respectiva confirmação.

11.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.
15/09/2025 as 16:49:16 por Eng.Civ. Eng.Seg.Trab. Carlos Alberto Kita Xavier – Presidente, Registro: 036650 1.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o CREA-SC;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública, que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente, definidos na referida Lei (art. 159, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.11. A personalidade jurídica da empresa **PATROCINADORA** poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica, serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a Contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.12. O CREA-SC deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163, da Lei nº 14.133, de 2021.

11.14. O CREA-SC poderá realizar o descredenciamento quando houver:

- I - pedido formalizado pelo credenciado;
- II - perda das condições de habilitação do credenciado;
- III - descumprimento injustificado do contrato/substituto pelo credenciado; e
- IV - sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade superveniente ao credenciamento.

11.15. O pedido de descredenciamento de que trata o inciso I do item 11.14 não desincumbirá o credenciado do cumprimento de eventuais contratos/substitutos assumidos e das responsabilidades deles recorrentes.

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

15/09/2025 às 16:49:16 por Eng.Civ. Eng.Seg.Trab. Carlos Alberto Kita Xavier – Presidente, Registro: 036650 1.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

11.16. Nas hipóteses previstas nos incisos II e III do item 11.14, além do descredenciamento, deverá ser aberto processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, para possível aplicação de penalidade, na forma estabelecida na legislação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. O Contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes, observado o disposto na Cláusula Segunda deste Contrato.

12.2. O Contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa **PATROCINADORA** não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o Contrato.

12.2.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.3. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.3.3. Indenizações e multas.

12.4. A extinção do Contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.5. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou no interesse do CREA-SC, devidamente justificado, em qualquer caso, pela Presidência do Conselho, não será rescindido o Contrato em execução com empresa **PATROCINADORA** que estiver irregular.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.
15/09/2025 as 16:49:16 por Eng.Civ. Eng.Seg.Trab. Carlos Alberto Kita Xavier Presidente, Registro: 036650 1.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

13.1. Não é necessária a indicação da dotação orçamentária, uma vez que não existirá nenhuma forma de remuneração, repasse ou qualquer ônus aos cofres públicos. Logo, não haverá qualquer forma de remuneração por parte do CREA-SC à empresa **PATROCINADORA**.

13.2. Este instrumento não envolve a transferência de nenhum recurso financeiro do **PATROCINADO** à empresa **PATROCINADORA**.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo CREA-SC, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

15.2. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do **PATROCINADO**, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133/2021).

15.3. Registros que não caracterizam alteração do Contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao CREA-SC divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

17.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de Santa Catarina – Subseção Judiciária de Florianópolis para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.
15/09/2025 as 16:49:16 por Eng.Civ. Eng.Seg.Trab. Carlos Alberto Kita Xavier – Presidente, Registro: 036650 1.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

E, para firmeza, como prova de haverem, entre si, ajustado e contratado, depois de lido e achado conforme, é firmado o presente Contrato pelas partes e pelas testemunhas abaixo.

Florianópolis/SC (datado e assinado eletronicamente).

Eng. Civ. Seg. Trab. Carlos Alberto Kita Xavier
Representante Legal do **PATROCINADO**

xxx
Representante Legal da **PATROCINADORA**

Assinaturas eletrônicas SICWEB constantes deste Termo:

VISTO PROJUR: Procurador Jurídico

Presidente do CREA-SC

Testemunha 1

Testemunha 2

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.
15/09/2025 as 16:49:16 por Eng.Civ. Eng.Seg.Trab. Carlos Alberto Kita Xavier Presidente, Registro: 036650 1.